



**INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

**DEZ PONTOS PARA A
ECONOMIA CRESCER MAIS**

MAIO/2013

Conselho do IEDI

Amarílio Proença de Macêdo	José Ricardo Mendes da Silva
Andrea Matarazzo	José Roberto Ermírio de Moraes
Antonio Marcos Moraes Barros	Josué Christiano Gomes da Silva
Benjamin Steinbruch	Julián Alberto Eguren
Carlos Eduardo Sanchez	Laércio José de Lucena Cosentino
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	Lirio Albino Parisotto
Carlos Mariani Bittencourt	Luiz Alberto Garcia
Carlos Pires Oliveira Dias	Marcelo Bahia Odebrecht
Claudio Bardella	Maria das Graças Silva Foster
Daniel Feffer <i>Vice-Presidente</i>	Murilo Pinto de Oliveira Ferreira
Décio da Silva	Olavo Monteiro de Carvalho
Eugênio Emílio Staub	Paulo Guilherme Aguiar Cunha
Flávio Gurgel Rocha	Pedro Eberhardt
Frederico Fleury Curado <i>Vice-Presidente</i>	Pedro Franco Piva
Geraldo Luciano Mattos Júnior	Pedro Grendene Bartelle
Ivo Rosset	Pedro Luiz Barreiros Passos <i>Presidente</i>
Ivony Brochmann Ioschpe	Robert Max Mangels
Jacks Rabinovich	Rubens Ometto Silveira Mello
Jorge Gerdau Johannpeter	Salo Davi Seibel <i>Vice-Presidente</i>
José Antonio Fernandes Martins	Victório Carlos De Marchi

Hugo Miguel Etchenique
Membro Colaborador

Paulo Diederichsen Villares
Membro Colaborador

Paulo Francini
Membro Colaborador

Roberto Caiuby Vidigal
Membro Colaborador

DEZ PONTOS PARA A ECONOMIA CRESCER MAIS

Inegavelmente o governo vem promovendo mudanças relevantes na economia brasileira que vão desde a redução da taxa básica de juros até a contenção de certos itens de custos para a população e para a produção (a exemplo do custo de energia elétrica e da cesta básica), passando por medidas cambiais que buscam conter o impacto do real valorizado sobre a competitividade da produção doméstica. Além disso, estão sendo promovidas políticas industriais, a desoneração tributária ganhou vulto e foram adotadas medidas para baratear o crédito e incentivar o financiamento de longo prazo. Foi anunciado ainda um programa de vultosos investimentos em concessões ao setor privado no setor de infraestrutura, o qual carece de aperfeiçoamento.

Sendo bem implementadas, mais cedo ou mais tarde essas ações se traduzirão em crescimento da economia, muito embora nos pareça que o fator mais destacado a explicar a falta de dinamismo nos dois últimos anos, qual seja, a crise da indústria, ainda esteja em processo e deva demandar mais tempo para a sua solução. A propósito, a gravidade da situação da indústria não será captada se não for levada em conta que seus determinantes são profundos, envolvem as dimensões interna e externa e requererão continuidade de políticas para sua superação. A crise mundial desnudou o impasse industrial brasileiro por estreitar os mercados consumidores de bens industriais ao redor do mundo, o que potencializou a concorrência pelos poucos mercados dinâmicos existentes, como é o caso do Brasil.

O excesso de capacidade de produção a nível global levou à prática de baixos preços de penetração em mercados com essa característica, mas em nosso país certas condições tornaram especialmente favoráveis a conquista de fatias do mercado interno pela produção realizada no exterior: a) as lacunas de nossa estrutura industrial pela não incorporação de setores representativos das revoluções industriais nas três últimas décadas, a exemplo do complexo eletrônico, dos bens e serviços referentes à tecnologia da informação e comunicações, da indústria farmacêutica, além de segmentos da química e de setores da economia sustentável e da economia criativa; b) a operação industrial a custos muito elevados, particularmente em se tratando de custos sistêmicos; c) a prolongada sobrevalorização da moeda, que aprofundou o efeito das distorções anteriores; e d) finalmente, nos últimos cinco anos, uma evolução diminuta da produtividade que não compensou o crescimento de salários.

Como se sabe, os fracos resultados do PIB em 2011 e 2012 não se traduziram em desemprego da população. A taxa de desocupação se mantém baixa, em função do ciclo de crescimento do setor de serviços, que é grande empregador. Tal evolução, por seu turno, vem tornando mais flagrantes as deficiências na educação básica, média e superior e na formação e especialização da mão de obra. O mesmo processo que vem favorecendo o emprego tem ainda por decorrência o aumento das remunerações em toda a economia, provocando a elevação dos custos da produção doméstica. Daí a inflação mais alta puxada pelos preços de serviços, além de alimentos, o que ensejou a elevação da taxa de juros.

Outra característica distintiva da etapa recente da economia reside no forte declínio do investimento, tanto privado quanto público. A política econômica equivocou-se por ter procurado reproduzir em 2012 o êxito obtido em 2009 quando o incentivo tributário ao consumo de bens duráveis contribuíra para que a economia reagisse bem ao contágio da crise global. Desta feita, como a estagnação é determinada simultaneamente pela crise industrial e pela queda do investimento, o incentivo ao consumo, embora tenha colaborado para sustentar a produção dos setores beneficiados, foi incapaz de promover a recuperação do crescimento. Esta exigiria a retomada das inversões.

As consultas de novos financiamentos junto ao BNDES ensejam expectativas mais favoráveis de que o investimento privado volte a crescer. Mas, ainda que isto venha a ocorrer, poderá ter impacto na economia somente no segundo semestre. Um prazo ainda maior é o que se pode esperar das inversões previstas nos programas de concessões no setor de infraestrutura. Desta forma, continua sendo muito importante que o setor público e as empresas estatais ampliem seus investimentos. Isto se faz necessário para que a volta do crescimento se consolide ainda no corrente ano, sendo também uma condição para que a enorme distorção causada pela carência de infraestrutura seja amenizada o quanto antes. Como se sabe, o setor público enfrenta problemas de financiamento e de gestão, o que pode tornar difícil o reforço do seu investimento. Por isso, as ações do governo na área do investimento devem ter em paralelo uma orientação geral francamente incentivadora da inversão privada e muito dedicada em remover as restrições à inversão pública.

Recentemente, o governo liderado pela própria Presidenta empenhou-se em contornar eventuais problemas de comunicação e interlocução com o meio empresarial – que, em alguma medida, chegaram a ser apontados como causas do retraimento do investimento privado. O governo mostrou flexibilidade quanto a certos parâmetros definidores da rentabilidade dos projetos de concessão em infraestrutura. São dois passos importantes que ajudam a melhorar as perspectivas empresariais e contribuem para reanimar os investimentos.

A nosso ver, a etapa desfavorável da economia no último biênio coloca em evidência que uma nova política econômica se impõe. Nesta, sem dúvida terão lugar destacado as ações de grande alcance que o governo vem tomando nas várias dimensões já assinaladas. Mas, se faz necessário agregar reformas e reorientações profundas em campos decisivos, como na educação e formação de mão de obra, na infraestrutura, na gestão do gasto público, no sistema tributário, na política de produtividade e competitividade, na política de sustentabilidade, na inserção externa da economia e em temas que há muito tempo dificultam o investimento e o desenvolvimento do Brasil, quais sejam a burocracia, a incerteza jurídica e a legislação trabalhista.

Reunindo esses temas, um programa de remoção dos principais entraves da economia brasileira contribuiria muito para construir um marco de referência para pavimentar uma trajetória de expansão a longo prazo, auxiliando, além disso, na retomada a curto prazo do crescimento por criar desde já expectativas favoráveis ao investimento, emprego e produção.

1. Qualidade da educação e da formação da mão de obra que precisa ser melhorada urgentemente

Mesmo com as evoluções que vêm ocorrendo, a qualidade da educação deixa muito a desejar, o que é altamente prejudicial à população e tolhe o desenvolvimento social do país. Do ponto de vista da economia há uma distância acentuada entre o que é necessário em termos da qualidade da educação para que haja avanço significativo da inovação, da produtividade e da competitividade de nossa produção e a realidade de nosso ensino hoje. Para a indústria seria de extrema relevância a ampliação e o aprofundamento dos programas de ensino técnico e tecnológico para a formação de mão de obra qualificada.

2. Infraestrutura muito deficiente

A recomendação é tornar inequívoca a direção de uma abertura efetiva dos investimentos em infraestrutura, tanto ao capital privado nacional quanto ao internacional, promovendo uma busca corajosa de parcerias entre o setor público e o setor privado. Outro ponto: o governo poderia contratar estudo especial para mapear os gargalos burocráticos e de natureza regulatória que freiam o investimento no setor.

3. Má orientação do gasto governamental e insuficiente investimento público

Como é amplamente reconhecido, o setor público brasileiro tem elevado dispêndio em gastos correntes e investe pouco. Para mudar esse quadro, a sugestão é que seja fixado compromisso de longo prazo do governo, com metas aferíveis de redução proporcional ao crescimento do PIB das despesas correntes e correspondente aumento dos investimentos e/ou menor carga tributária. O compromisso também servirá para consolidar entre os agentes econômicos a crença de que a redução de juros veio para ficar.

4. Sistema tributário injusto, complexo e anacrônico

O governo tem razões para procurar promover mudanças tributárias fora do contexto geral e de difícil entendimento político de uma reforma tributária (seria a reforma tributária “fatiada”). Mas, somente uma reforma ampla poderá avançar em temas como: a justiça tributária (nossa tributação sobrecarrega desproporcionalmente as classes de renda mais baixas); a simplificação e a transparência do sistema arrecadatório (a complexidade dá margem à sonegação, excesso de burocracia e insegurança jurídica); a remoção de tributos anacrônicos e causadores de grandes distorções (como o IPI e impostos em cascata como o ISS e PIS/COFINS cumulativo); a desoneração integral das exportações e dos investimentos e a solução do problema do acúmulo de créditos fiscais pelas empresas.

5. Baixos padrões de produtividade, inovação e competitividade da economia

Em vários pontos a política do Plano Brasil Maior pode ser aperfeiçoada. Uma melhor coordenação de ações contribuiria para promover a produtividade, reduzir o custo do investimento e incentivar a inovação. Uma orientação nova para a política industrial consistiria em priorizar a desoneração tributária na base das cadeias produtivas, e não apenas nos bens finais de consumo. O objetivo é reduzir para níveis internacionais o custo dos insumos básicos produzidos no país, o que beneficiaria não só os próprios segmentos de insumos, que aumentariam sua competitividade, como também os setores de bens de capital e bens de consumo que os utilizam. Isto tornaria possível a redução paulatina de tarifas de importação tanto de insumos como de bens finais, o que aprofundaria a concorrência no mercado interno e removeria a elevada proteção que ainda vigora em alguns ramos da indústria. Essas iniciativas deveriam estar vinculadas a programas de desenvolvimento tecnológico dos setores da indústria de base.

6. Ausência da sustentabilidade como um vetor das políticas industrial e de competitividade

A sustentabilidade como base de transformação econômica deveria constituir um dos vetores para o desenvolvimento econômico brasileiro. Todavia, nossa política industrial, exceto marginalmente, ignora o tema. Em torno aos novos setores e negócios gerados pela economia verde, dentre eles, o etanol, a energia de biomassa e a química verde, poderiam ser estabelecidos programas de avanço tecnológico e de investimento, além de iniciativas para reforço de imagem e marca de produtos brasileiros, visando uma maior competitividade. Seria importante definir marcos regulatórios tendo por objetivo a convergência dos objetivos de desenvolvimento com a preservação ambiental e equidade social.

7. Afastamento da economia brasileira da economia mundial – a declinante inserção externa do Brasil

A economia brasileira está se afastando da economia mundial, um processo que em parte decorre da baixa competitividade da produção interna, mas é também consequência da ausência de políticas para integrar o país nos fluxos de comércio mais dinâmicos do mundo. Estando fora das cadeias industriais globais, nossa economia volta-se ao mercado interno e amplia sua especialização em commodities, o que, a longo prazo, pode ter efeitos desfavoráveis para o crescimento. A atual perspectiva de efetivação de grandes acordos internacionais, onde o Brasil não está incluído, evidencia o atraso do país nessa matéria e a necessidade de que rapidamente seja estabelecida uma política para reverter a situação, incluindo uma revisão do Mercosul e a busca de acordos bilaterais de comércio.

8. Burocracia generalizada

A burocracia se generalizou na vida do brasileiro e a vida empresarial não é exceção. A execução de um programa amplo de simplificação da legislação e de regulamentos de toda ordem que afetam o cotidiano econômico do país seria extremamente oportuna.

9. Insegurança jurídica

A insegurança jurídica hoje está presente em todas as dimensões da economia: tributação, incentivos fiscais, concessões, temas regulatórios, questões trabalhistas, acesso à biodiversidade e muitos outros. Como consequência, está sendo formado um enorme contencioso entre empresas e governo em todos os seus níveis, o que dificulta muito a operação empresarial. Uma revisão profunda dos marcos regulatórios da economia com o objetivo de reduzir a insegurança jurídica seria muito benéfica em favorecer o ambiente de negócios no Brasil.

10. Legislação trabalhista

É muito relevante atualizar a legislação trabalhista para torná-la mais adequada a um novo momento do mercado no qual novas características e ferramentas de trabalho se apresentam. A complexidade da atual legislação é um item da insegurança jurídica porque, dentre outras razões, dá margem a interpretações jurisprudenciais criadoras de regras ou obrigações não incluídas na legislação vigente. Seria necessário prever, sem redução dos direitos legais, que a negociação no âmbito sindicato-empresa possa atualizar a aplicação das regras trabalhistas. Uma outra sugestão diz respeito às empresas que pagam os impostos e contribuições e ainda arcam com gastos com transportes, assistência médica e alimentação dos seus funcionários. A legislação relacionada a esses itens não está consolidada. Seria importante sua consolidação para tornar claros os critérios de ressarcimento às empresas que oferecem tais benefícios.